

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

2025

Av. Pessoa Anta, 274, 2º andar
Espaço Inovação - Centro, Fortaleza/CE
CEP.: 60.060-188

CNPJ N.:44.062.163/0001-74

www.cepart.com.br

cearapar@cepart.com.br





Sumário

1. Introdução	3
2. Apresentação Geral.....	4
3. Interesse público subjacente às atividades empresariais	6
4. Atividades desenvolvidas em atendimento às Políticas Públicas.....	7
4.1. Ativos Imobiliários.....	8
4.2. Ativos Econômicos	10
4.3. Ativos Financeiros.....	12
4.4. Ativos Ambientais.....	14
4.5. Ativos Intangíveis.....	15
5. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas	17
5.1. Programa 421.1 – Prestar serviços administrativos eficientes, de qualidade e com agilidade.....	18
5.2. Programa 428.1 – Promover a geração, otimização e melhor retorno possível dos ativos do Governo do Estado.....	19
6. Recursos para Custeio de Políticas Públicas	23
7. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas.....	24
8. Governança Corporativa.....	26
9. Fatores de Riscos, Controles Internos, LGPD e Transparência.....	28
10. Remuneração	31
11. Estrutura Estatutária de 2025 e remuneração da administração e membros colegiados	31
12. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho.....	32
13. Comentários dos Administradores	37
14. Manifestação do Conselho de Administração.....	39



1. Introdução

Em atendimento ao disposto no art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), e em observância aos princípios da legalidade, transparência, eficiência, responsabilidade e prestação de contas, o Conselho de Administração da **Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará – CearaPar** apresenta a **Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa** referente ao exercício social de 2025.

A presente Carta tem por finalidade explicitar, de forma clara, objetiva e verificável, o interesse público que justifica a existência da Companhia, as políticas públicas às quais suas atividades se vinculam, os resultados e impactos decorrentes de sua atuação, bem como os compromissos assumidos em matéria de governança corporativa, gestão de riscos, controles internos, integridade e transparência.

Considerada a natureza jurídica e funcional da CEARAPAR – sociedade de economia mista não dependente, vocacionada à gestão profissionalizada das participações societárias e dos ativos do Estado do Ceará – esta Carta reflete sua especificidade institucional como instrumento estratégico do acionista controlador na promoção da eficiência patrimonial, do equilíbrio fiscal e da geração de valor público.

O documento tem início com o tópico **Apresentação Geral**, que apresenta a Companhia e explicita o interesse público que fundamenta suas atividades empresariais. Em seguida, dedica-se aos dois eixos centrais desta Carta: **Políticas Públicas e Governança Corporativa**.

No eixo de Políticas Públicas, são detalhadas as atividades desenvolvidas pela CearaPar e sua vinculação às diretrizes estratégicas do Estado, bem como as metas



estabelecidas, os recursos destinados à execução das ações e os impactos econômico-financeiros decorrentes de sua implementação.

Já no eixo de Governança Corporativa, o documento apresenta a estrutura organizacional e os mecanismos de controles internos e de gestão de riscos, os principais fatores de risco identificados, as diretrizes e informações relativas à remuneração, a composição e a remuneração dos órgãos estatutários e colegiados, além dos dados econômico-financeiros acompanhados de análise sobre o desempenho da Companhia no exercício.

Por fim, a Carta encerra-se com os **comentários dos administradores** e a **manifestação do Conselho de Administração** da CearaPar, reafirmando o compromisso da Companhia com a transparência, a eficiência e a boa governança.

2. Apresentação Geral

A **Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará – CEARAPAR**, inscrita no CNPJ nº 44.062.163/0001-74, com sede na Avenida Pessoa Anta, nº 274, 2º andar, Espaço Inovação, Centro, Fortaleza/CE, integra a Administração Indireta do Estado do Ceará, sendo constituída sob a forma de sociedade de economia mista, não dependente. A Companhia foi criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 14 de dezembro de 2018, e formalmente instalada em Assembleia Geral realizada em 26 de outubro de 2021.

O objeto social da Companhia consiste na gestão de ativos próprios e daqueles pertencentes ao Estado do Ceará e às suas entidades vinculadas, compreendendo ativos imobiliários, econômicos e financeiros, com vistas à sua



preservação, racionalização, valorização e monetização, observados os riscos, o perfil de investimento e as diretrizes estratégicas definidas pelo acionista controlador.

A CEARAPAR atua, ainda, como instrumento de apoio técnico ao Tesouro Estadual na administração da dívida pública, bem como como agente estruturador de projetos estratégicos voltados à ampliação da capacidade financeira do Estado e ao financiamento de políticas públicas prioritárias.

Após o período inicial de estruturação institucional e operacional, conforme registrado na última Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, o exercício de 2024 foi marcado pelo fortalecimento do arcabouço normativo aplicável à Companhia. Ao longo do ano, foram editadas leis e decretos que ampliaram e consolidaram as competências da CEARAPAR, reafirmando seu papel como instrumento estratégico do Estado na gestão eficiente de ativos públicos. Destacam-se, nesse contexto, as competências relacionadas à gestão imobiliária, à estruturação de operações financeiras, à participação em fundos de investimento e sociedades de propósito específico, à exploração de direitos de nomeação (*Naming Rights*), à securitização de direitos creditórios e à exploração do serviço público estadual de loterias.

O exercício de 2025 foi marcado pela implementação dos marcos legais aprovados em 2024 e pela consolidação de uma agenda estruturante voltada à operacionalização das novas competências atribuídas à Companhia. Ao longo do ano, foram realizados levantamentos técnicos, estudos de viabilidade, análises jurídicas e econômico-financeiras, bem como benchmarks com experiências nacionais, com o objetivo de subsidiar decisões estratégicas e estruturar modelagens adequadas para a execução dos projetos.

Nesse contexto, registraram-se avanços relevantes nos seguintes projetos: (i) início da estruturação da securitização de direitos creditórios inscritos em Dívida Ativa



do Estado do Ceará, com aprofundamento dos estudos técnicos e definição de premissas operacionais; (ii) início de modelagem para cessão onerosa de direitos de nomeação de imóveis estaduais (“Naming Rights”), incluindo benchmarks e avaliação de ativos potenciais; (iii) fortalecimento e sistematização da gestão das participações societárias do Estado; (iv) estudos para estruturação do Serviço Público Estadual de Loterias; (v) intermediação da alienação e cessão onerosa de imóveis estaduais ; e (vi) desenvolvimento de estudos iniciais para futura estruturação de Fundo de Investimento Imobiliário (FII).

Paralelamente, a CEARAPAR manteve e aprofundou sua atuação como assessora técnica do Conselho Estadual de Administração e Gestão de Ativos – CONAG, prestando apoio administrativo, logístico e técnico às reuniões, elaborando pareceres, propondo pautas e contribuindo para a adoção de decisões estratégicas alinhadas às melhores práticas de governança patrimonial e ao interesse público, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 34.723/2022.

3. Interesse público subjacente às atividades empresariais

O interesse público que fundamenta a atuação da CEARAPAR decorre diretamente de sua função institucional de promover a gestão eficiente, profissional e transparente dos ativos públicos estaduais, assegurando que tais ativos cumpram sua função econômica e social e contribuam para a sustentabilidade fiscal do Estado do Ceará.

Nos termos da Lei Estadual nº 16.698/2018, os resultados econômicos decorrentes da atuação da Companhia – inclusive dividendos, redução de capital ou alienação de participações – possuem destinação legalmente vinculada, em



especial ao equacionamento dos compromissos previdenciários do Estado, reforçando o caráter instrumental da CEARAPAR na política de responsabilidade fiscal.

Adicionalmente, a legislação estadual que disciplina a exploração do serviço público de loterias estabelece a destinação prioritária das receitas para políticas sociais estruturantes, como combate à fome, saúde pública e segurança, reforçando a função da Companhia como veículo de financiamento indireto de políticas públicas.

Nesse contexto, a atuação da CEARAPAR não se confunde com a formulação de políticas públicas setoriais, tampouco com a regulação estatal, limitando-se à execução técnica, estruturada e controlada das diretrizes estabelecidas pelo Estado do Ceará no âmbito do Sistema de Gestão de Ativo do estado, sempre orientada pelos princípios da eficiência administrativa, da legalidade, da moralidade e da supremacia do interesse público.

4. Atividades desenvolvidas em atendimento às Políticas Públicas

Entre as políticas públicas relacionadas às atividades da CearaPar, à luz das legislações mais recentes, destacam-se aquelas voltadas ao combate à fome, à promoção da saúde e da segurança pública, à redução do déficit atuarial e ao fomento à inovação tecnológica no âmbito das atividades empresariais do Estado.

No exercício de 2025, a CearaPar concentrou suas atividades na consolidação e no avanço de projetos estruturantes cujos impactos se refletem direta ou indiretamente na consecução de políticas públicas nas áreas social, econômica,



fiscal e institucional. Até 2024, a CEARAPAR estruturava sua atuação com base em três categorias de ativos: imobiliários, econômicos e financeiros. Em 2025, identificou-se a oportunidade de ampliar esse escopo, incorporando duas novas dimensões estratégicas: (i) os ativos ambientais, relacionados aos benefícios econômicos decorrentes de iniciativas governamentais alinhadas aos princípios ESG; e (ii) os ativos intangíveis, compreendendo bens não físicos geradores de valor, como marcas, patentes, softwares e direitos autorais.

Figura 1: Tipos de Ativos.



A gestão integrada dessas diferentes categorias de ativos fortalece a capacidade do Estado de converter patrimônio público em resultados concretos, com reflexos diretos e indiretos nas políticas públicas de natureza social, econômica, fiscal e institucional.

4.1. Ativos Imobiliários

Em 2025, a atuação da CearaPar na gestão de ativos imobiliários deu continuidade ao modelo implementado em 2024, com aprimoramento dos instrumentos contratuais e da operacionalização das atividades de intermediação. A Companhia manteve foco na racionalização do patrimônio público, na redução da ociosidade, na destinação socialmente adequada dos imóveis e na preparação de ativos com potencial de monetização.



Destaca-se a elaboração conjunta, com a Secretaria da Fazenda, da Instrução Normativa SEFAZ nº 86/2025, que regulamentou e padronizou o Plano de Gestão de Ativos Imobiliários (PGAI), fortalecendo a governança patrimonial e qualificando o planejamento e a tomada de decisão sobre os imóveis estaduais. A medida, aliada ao Termo de Ajustamento de Gestão firmado com o TCE, possibilitou a estruturação e precificação de propostas comerciais de assessoramento técnico em gestão de ativos imobiliários, direcionadas a órgãos e entidades estaduais, com o objetivo de apoiar o aprimoramento da governança patrimonial, a regularização fundiária e a qualificação das decisões estratégicas relacionadas ao uso e à destinação de imóveis públicos.

No âmbito do Contrato nº 045/2024 firmado com a SEFAZ, revisado em 2025, foram emitidas ordens de serviço para alienação de imóveis vinculados ao ISSEC, ao Arquivo Público e a ativos localizados na Serra da Ibiapaba, com sessões públicas previstas para 2026.

A Companhia também contribuiu para a execução de políticas públicas por meio do assessoramento ao CONAG em processos de cessão, doação, permuta e concessão de uso de imóveis estaduais. Em 2025, foram autorizadas 45 cessões não onerosas, 36 doações, além de outras destinações patrimoniais, beneficiando diretamente 54 municípios e diversas entidades públicas estaduais e federais.

A seguir, apresenta-se quadro síntese com os principais indicadores de desempenho relativos aos ativos imobiliários.

Quadro 1 – Indicadores de Desempenho dos Ativos Imobiliários.

Indicador	Definição	Resultado 2025	Evidência / Critério de Auditoria
Imóveis destinados	Imóveis com destinação autorizada pelo CONAG (cessão, doação, permuta ou concessão)	83 imóveis	Atas e resoluções do CONAG publicadas no DOE, processos administrativos.



Indicador	Definição	Resultado 2025	Evidência / Critério de Auditoria
Municípios beneficiados	Municípios atendidos com destinação de imóveis	54 municípios	Termos e Processos individualizados por ente
Entidades públicas beneficiadas	Órgãos e entidades municipais/estaduais/federais beneficiados	5 órgãos	Termos de cessão, doação e contratos de permuta
Imóveis não operacionais	Ativos classificados para monetização futura	2 ativos	Resoluções do CONAG
Taxa de vacância	Percentual de imóveis estaduais desocupados	17,85%	Dados Sistema patrimonial (SGBI)
Propostas enviadas	Proposta para prestação de serviços imobiliários à órgãos e entidades da administração pública estadual	4	Propostas elaboradas e submetidas

Fonte: elaboração própria.

Os resultados apresentados evidenciam o avanço consistente da CearaPar na qualificação da gestão do patrimônio imobiliário estadual, combinando destinação eficiente, estruturação para monetização e fortalecimento da governança. A atuação em 2025 reafirma o papel estratégico da Companhia na geração de valor a partir dos ativos públicos, contribuindo para a implementação de políticas públicas em todo o território cearense.

4.2. Ativos Econômicos

No âmbito dos ativos econômicos – compreendidos como as participações societárias do Estado em empresas estatais e sociedades empresariais – a CearaPar deu continuidade à estruturação de um modelo técnico e permanente de gestão



dessas participações, conforme previsto nos Decretos nº 34.723/2022 e nº 34.985/2022.

Em 2025, após a avaliação dos produtos entregues no âmbito do Contrato nº 37/2023 com a Sefaz-CE, a Companhia aprofundou as tratativas para construção de um novo escopo de atuação, com foco na consolidação de uma gestão contínua, estratégica e orientada às melhores práticas de governança corporativa. Como desdobramento, foi encaminhada proposta técnica contemplando consultoria especializada em governança das participações societárias e a implementação de solução tecnológica integrada para acompanhamento financeiro, governança, compliance e transparência.

Destaca-se, ainda, o avanço na fase de testes e homologação do SISPART, sistema desenvolvido para centralizar as informações relativas às participações societárias do Estado. Em 2025, a ferramenta passou a ser utilizada internamente pela CearaPar em ambiente de testes, permitindo ajustes operacionais antes de sua disponibilização às demais empresas estatais. A iniciativa representa passo relevante para a consolidação de uma base única de informações estratégicas, ampliando a transparência, a capacidade de monitoramento e o suporte à tomada de decisão do Estado acionista.

Complementarmente, a realização do Fórum das Estatais consolidou-se como ação estruturante para o fortalecimento da governança dos ativos econômicos. O evento, realizado ao longo de dois dias, reuniu mais de 100 dirigentes, gestores e representantes das empresas públicas estaduais, promovendo ambiente de diálogo qualificado, compartilhamento de experiências e disseminação de boas práticas em governança, compliance, inovação e gestão. A iniciativa reforçou a integração institucional entre as estatais e contribuiu para a construção de uma agenda permanente de cooperação e aprimoramento da gestão pública.



A seguir, apresenta-se quadro síntese com os principais indicadores de desempenho relativos aos ativos econômicos.

Quadro 2 – Indicadores de Desempenho dos Ativos Econômicos.

Indicador	Definição	Resultado 2025	Evidência / Critério de Auditoria
Propostas estruturantes de governança	Propostas técnicas formalizadas à SEFAZ	1 proposta	Processo no SUITE
Sistemas de apoio à governança	Soluções tecnológicas em desenvolvimento	SISPART (em evolução)	Termos e Processos individualizados por ente
Assessoramento ao acionista	Apoio técnico contínuo ao Estado	Atividade permanente	Atas, relatórios e despachos
Fórum das Estatais	Evento de integração e fortalecimento da governança das estatais	1 evento realizado (2 dias), +100 participantes	Programação oficial, listas de presença e registros fotográficos

Os avanços registrados em 2025 evidenciam a evolução da atuação da CearaPar na estruturação de uma visão integrada das participações societárias do Estado. Ao propor um modelo de governança para acompanhamento das participações societárias, aliado ao desenvolvimento de solução tecnológica e à promoção da articulação entre as estatais, a Companhia contribui para o fortalecimento da atuação do Estado como acionista, ampliando a capacidade de acompanhamento de resultados, mitigação de riscos e alinhamento das empresas públicas às prioridades governamentais.

4.3. Ativos Financeiros



Em 2025, a CearaPar avançou na estruturação de projetos financeiros estratégicos viabilizados pelos marcos legais aprovados em 2024, com potencial de geração de receitas e fortalecimento da sustentabilidade fiscal do Estado. A atuação concentrou-se na maturação técnica, modelagem operacional e articulação institucional das seguintes iniciativas:

Fundo de Investimento Imobiliário (FII): Prosseguimento dos estudos para estruturação do primeiro FII estadual, com identificação de ativos estratégicos e definição de escopo alinhado à política de gestão imobiliária. As análises internas subsidiaram a futura interlocução com o mercado financeiro.

Direitos de Nomeação (Naming Rights): Formalização do Contrato nº 035/2025 com a SEFAZ para intermediação da cessão onerosa de direitos de nomeação. A Resolução CONAG nº 003/2025 autorizou a modelagem de equipamentos estratégicos de esporte e proteção social, incluindo Arena Castelão e CFO. Foram desenvolvidos materiais institucionais e comerciais (apresentações e press kit) voltados à prospecção de investidores.

Securitização da Dívida Ativa: Maturação técnica do projeto autorizado pela Lei nº 19.121/2024, com realização de benchmarkings (Ativos S/A – Banco do Brasil), contratação de assessoria jurídica especializada e articulação multisetorial por meio de Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 048/2025. Destaca-se o desenvolvimento do Monitor da Dívida Ativa, ferramenta de apoio à análise de recuperabilidade e à tomada de decisão. Também foram iniciadas tratativas para contratação de assessoria econômico-financeira especializada.

Exploração dos Serviços Lotéricos: Avanço na estruturação do modelo de exploração do serviço público estadual de loterias, regulamentado pelo Decreto nº 36.356/2024. Em 2025, foi instituído Grupo de Trabalho específico, realizadas visitas técnicas a outras loterias estaduais, participação em fóruns nacionais do setor e



iniciada a Concorrência Eletrônica nº 20250003 para contratação de estudos técnicos destinados à modelagem do novo sistema lotérico estadual.

A seguir, apresenta-se quadro síntese com os principais indicadores de desempenho relativos aos ativos financeiros.

Quadro 3 – Indicadores de Desempenho dos Ativos Financeiros.

Indicador	Definição	Resultado 2025	Evidência / Critério de Auditoria
Projetos financeiros estruturados	Projetos financeiros modelados ou em fase avançada de estruturação	4 projetos	Relatórios técnicos, contratos firmados, Portarias e documentos internos
Receitas financeiras realizadas	Receitas efetivamente reconhecidas	Não realizadas em 2025	Demonstrações contábeis
Potencial de geração futura	Capacidade estimada de geração de receitas	Elevado	Análises prospectivas

As iniciativas acima reforçam o posicionamento da CearaPar como estruturadora de operações financeiras inovadoras, alinhadas às melhores práticas de mercado e orientadas à geração sustentável de receitas públicas.

4.4. Ativos Ambientais

Incorporados ao escopo de atuação da Companhia em 2025, os ativos ambientais compreendem aqueles decorrentes de iniciativas governamentais que geram impactos ambientais positivos, alinhados aos princípios ESG (Environmental, Social and Governance), com potencial de conversão em valor econômico.

Nesse contexto, a CearaPar iniciou a estruturação do projeto de crédito de água, instrumento inovador que amplia a lógica dos créditos ambientais – tradicionalmente associados ao carbono – para o campo dos recursos hídricos. O modelo em desenvolvimento prevê a conversão da volumetria de água proveniente de ações como reuso, dessalinização e captação de águas pluviais em créditos



ambientais passíveis de certificação.

Ao longo de 2025, a Companhia coordenou grupos técnicos de trabalho com a participação de órgãos estratégicos da política hídrica estadual, a exemplo da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), com vistas à construção de minuta de projeto de lei e à definição das bases regulatórias, técnicas e institucionais necessárias à implementação do sistema.

4.5. Ativos Intangíveis

Assim como os ativos ambientais, os ativos intangíveis passaram a integrar o escopo de atuação da CearaPar em 2025. Esses ativos correspondem a bens não físicos capazes de gerar benefícios econômicos às empresas públicas, tais como marcas, patentes, softwares, direitos autorais, bases de dados e outros ativos de natureza intelectual.

No exercício de 2025, a Companhia avançou na articulação com as estatais cearenses, em consonância com a Lei Complementar nº 335/2024, que institui o Sistema de Inovação do Ceará, estabelece instrumentos e diretrizes de governança para a promoção da inovação no setor público e designa a CearaPar como representante das empresas públicas e sociedades de economia mista nesse ecossistema.

Nesse contexto, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica com a EMATERCE, tendo por objeto o mapeamento, a categorização e o desenvolvimento de estratégias para rentabilização de seus ativos, com foco na qualificação da gestão e na geração de novas receitas. Como desdobramento dessa atuação conjunta, a EMATERCE teve projeto selecionado para participar do CoLabs 2025, programa nacional de aceleração e mentoria conduzido pelo GNova Lab, do Ministério da Gestão e Inovação. A iniciativa, com duração de 12 meses, oferecerá suporte



metodológico às equipes selecionadas para enfrentamento de desafios públicos complexos.

A participação da CearaPar nessa agenda está alinhada ao papel estratégico que lhe foi atribuído pela Lei nº 335/2024, de fomentar a inovação nas estatais cearenses. A proposta submetida ao CoLabs foi construída de forma colaborativa entre a Companhia e a EMATERCE e integra a trilha de inovação em ativos intangíveis estruturada no âmbito do projeto submetido à FUNCAP sob o processo de número NUP 19022.000043/2026-11, para a criação do HoldingLab – laboratório voltado à valorização de ativos, à análise de dados estratégicos e à maximização do retorno dos ativos públicos, em conformidade com as diretrizes do Sistema de Inovação do Estado do Ceará.

No contexto da estruturação dos ativos ambientais e intangíveis, ao longo de 2025, a CearaPar iniciou tratativas para a celebração de oito Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), tendo formalizado dois instrumentos no próprio exercício. Foram firmadas parcerias com a Hypercube, como parceira tecnológica no desenvolvimento do projeto de Créditos Hídricos, e com a Ematerce, no âmbito do programa de mapeamento, categorização e estruturação de estratégia para rentabilização de seus ativos.

Adicionalmente, destacam-se as negociações em curso com instituições acadêmicas estratégicas – Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade de Fortaleza (Unifor) – voltadas ao fortalecimento da base técnica, científica e de inovação dos projetos estruturados pela Companhia.



5. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas

As metas para avaliar o desenvolvimento de atividades da CearaPar relacionadas às Políticas Públicas são divididas em (três) duas categorias: com relação ao Plano Ceará 2050, aos programas do PPA e ao planejamento estratégico da Companhia. O desdobramento dessa estratégia se materializa em iniciativas e projetos de grande impacto, alinhados à visão de futuro e às prioridades estabelecidas no Plano Ceará 2050 e no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

O Plano Ceará 2050 O PPA, instrumento de planejamento de médio prazo previsto na Constituição Federal (1988) e na Constituição Estadual (1989), traduz as diretrizes do atual plano de governo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os objetivos do planejamento de longo prazo, as agendas estratégicas setoriais e as expectativas da sociedade, construídas a partir de um amplo processo participativo.

Nesse contexto, o Governo do Estado organiza seus resultados esperados em quatro grandes eixos:

- O Ceará que cuida, educa e valoriza as pessoas;
- O Ceará que inova, produz e trabalha;
- O Ceará que preserva, convive e zela pelo território;
- O Ceará que participa, planeja e alcança resultados.

As ações da CearaPar se inserem, em especial, no âmbito do Eixo 4, contribuindo para o fortalecimento da governança pública e para o alcance de resultados que assegurem maior eficiência na gestão dos recursos estaduais. No PPA



2024-2027, a atuação da Companhia está diretamente vinculada aos programas expostos a seguir.

5.1. Programa 421.1 – Prestar serviços administrativos eficientes, de qualidade e com agilidade.

Este programa tem como definição o conjunto de iniciativas voltadas à estruturação e qualificação da gestão administrativa, contemplando ações de estruturação física, como melhorias de infraestrutura, modernização tecnológica e aquisição de bens permanentes.

A meta se concretiza na **Entrega 1885 – Unidade Administrativa Estruturada.**

Dentre as ações executadas em 2025, destacam-se: O Projeto de Implementação do Escritório de Projetos (PMO) com entrega concluída em 100%. Como resultado, a instituição passou a contar com uma metodologia documentada e validada, aplicada a todos os projetos estratégicos; projetos priorizados com base em critérios estratégicos e alinhados ao plano institucional; redução de retrabalho e sobreposição de esforços; aumento da eficiência operacional e melhor alocação de recursos; portfólio institucional consolidado; e dashboards periódicos que apoiam decisões estratégicas de forma ágil e fundamentada.

Foram mapeados os seguintes processos: Alienação de imóveis em leilão, Emissão de parecer jurídico, Gestão da rotina de reuniões dos conselhos, Gestão das participações societárias do Estado, Gestão do planejamento estratégico, Gestão de compras e portfólio de contratos, Preparação da reunião do CONAG, cessão de uso não onerosa, gerenciamento de projetos, Processos de pagamentos, Prestação de contas e Viabilização de soluções digitais.



No âmbito do Plano de Comunicação Integrada de Marketing, foi firmado o Contrato nº 003/2025 com a empresa Comunicação A2DM, que tem como objeto do contrato a prestação de serviços especializados em planejamento de comunicação institucional, abrangendo a elaboração e o desenvolvimento de um plano estratégico de comunicação, com o objetivo de fortalecer o posicionamento da instituição junto à sociedade e aos meios de comunicação, consolidar sua imagem pública e ampliar a transparência de suas ações. A entrega do plano de comunicação da Companhia deu-se em novembro de 2025

No que se refere à estrutura física da Companhia, foram instaladas divisórias para organizar os espaços e delimitar os setores Administrativo-Financeiro, Diretoria de Negócios, Assessoria Jurídica (ASJUR), Presidência e sala de reuniões. Ressalta-se que a sede da Cearapar ainda está localizada nas dependências da Secretaria da Fazenda (Sefaz), com isso, os custos referentes a essa organização física, foram da Sefaz.

5.2. Programa 428.1 – Promover a geração, otimização e melhor retorno possível dos ativos do Governo do Estado.

Este objetivo é desdobrado em quatro entregas principais:

- **Entrega 1901 – Solução Tecnológica Implantada**

Consiste no desenvolvimento, aquisição ou implantação de soluções tecnológicas voltadas ao controle, monitoramento, avaliação e planejamento da gestão de ativos públicos. O objetivo é qualificar a gestão, ampliar a eficiência, melhorar a tomada de decisão e potencializar o retorno estratégico e econômico desses ativos.



Em 2025, a Companhia criou um Monitor da Dívida do Estado para subsidiar as tomadas de decisão em relação à Securitização da Dívida. Com indicadores estratégicos e em parceria com a SEFAZ e a PGE, o painel conta com visões que permitem acompanhar a evolução da dívida, seu fluxo financeiro, perfil do contribuinte, tabelas diversas e uma documentação abrangente. Foi desenvolvida também uma intranet corporativa personalizada para a realidade e necessidades da Companhia. Ela é integrada ao Google Workspace e é focada na padronização, na transparência e na eficiência operacional, centralizando documentos, indicadores e fluxos em um único ambiente, com automações para notícias internas, painéis gerenciais e área do colaborador. Além disso, o Sistema Tecnológico de Participações Societárias (SISPART) encontra-se em uso interno e está passando por melhorias com foco em disponibilizá-lo para uso pelas demais estatais. O módulo orçamentário-financeiro encontra-se em fase final de validação após passar por algumas rodadas de homologação, na iminência de sua publicação oficial.

- **Entrega 1901 – Assessoria Realizada**

Consiste na atuação técnica voltada ao apoio à gestão de ativos imobiliários dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, por meio da elaboração e atualização dos Planos de Gestão de Ativos Imobiliários, bem como da integração e uso de sistemas específicos, como o Sistema de Gestão de Bens Imobiliários (SGBI).

Com base na IN86 de julho de 2025 e na assinatura do TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO – TAG, assinado em 16/12/2025 pelos órgãos da administração direta e determinadas entidades do poder público estadual, que tem como objetivo, estabelecer uma cooperação entre as instituições subscreventes, a fim de definir e construir critérios para dirimir eventuais divergências encontradas na gestão dos imóveis públicos estaduais, a serem desenvolvidos por intermédio de ações relativas ao levantamento de bens existentes e atualização do acervo imobiliário, bem como



visa instituir a Metodologia de Avaliação Simplificada como método de reavaliação do acervo imobiliário, além de realizar o ajuste contábil com base no acervo atualizado.

A Cearapar precificou os serviços a serem prestados e encaminhou propostas às Secretarias da estaduais da Fazenda e da Saúde – SEFAZ e SESA, além da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE .

No ano de 2025 a CearaPar apoiou a Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG no desenvolvimento de uma nova funcionalidade destinada ao cadastro das resoluções do CONAG, a qual foi 100% implantada, ampliando a organização, integração e disponibilidade das informações estratégicas sobre os ativos.

- **Entrega 2003 – Estudos e Pesquisas Realizados**

Consiste na realização de estudos técnicos, análises, levantamentos e avaliações voltados ao embasamento de decisões estratégicas relacionadas à gestão, exploração e valorização de ativos sob responsabilidade do Estado. Envolve a produção de informações qualificadas que subsidiem a avaliação de viabilidade, estruturação de projetos, definição de modelos de negócios, identificação de oportunidades de receita e suporte à tomada de decisão, conforme a natureza de cada ativo e a deliberação dos órgãos competentes. Os projetos relacionados ao planejamento estratégico são a Edição do Marco Legal da exploração de Loterias do Estado do Ceará, a Formação de empresa para exploração eficiente dos imóveis públicos com vocação para estacionamento, e a Criação do Farol da Governança.

Em 2025 em relação aos serviços públicos de exploração de jogos lotéricos foi realizado um relatório situacional desta atividades no estado do Ceará e lançado edital de concorrência pública para fins de contratação de consultoria e assessoria



especializada à CearaPar para a análise da viabilidade técnica, mercadológica, estatística, econômica e jurídica relacionadas à exploração do setor lotérico cearense e que subsidiarão as ações de suporte aos trabalhos administrativos e financeiros da modelagem de concessão do serviço público de loteria no Estado do Ceará em conformidade com o arcabouço legal e regulatório federal e estadual vigente, especialmente o Decreto-Lei nº 6.259/1944, Lei Federal nº 14.790/2023 e Lei Estadual (CE) nº 18.848/2024.

No âmbito do projeto de securitização da Dívida Ativa, foi realizada contratação direta que resultou na celebração do Contrato nº 006/2025, cujo objeto consiste na prestação de serviços jurídicos especializados para assessoramento à CearaPar. A consultoria contratada tem por finalidade analisar a viabilidade jurídica da contratação de instituição financeira, na modalidade de oportunidade de negócio, nos termos do art. 28 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), bem como apoiar a estruturação da operação de securitização.

- **Entrega 2175 – Certificado Implantado**

Refere-se à formulação da política pública de qualificação da governança e da gestão das participações societárias do Estado do Ceará. Compreende o desenvolvimento de critérios, mecanismos e instrumentos voltados à avaliação das estatais, mapeamento de ativos e identificação de oportunidades de valorização e geração de receita, bem como a sistematização de informações econômico-financeiras, organizacionais e de desempenho. Inclui ainda a estruturação de parâmetros para acompanhamento das sociedades de economia mista e empresas públicas, contribuindo para a profissionalização da gestão, a transparência e o alinhamento com boas práticas de governança corporativa.



Ao otimizar a administração e o retorno dos ativos públicos, a Companhia contribui diretamente para o desenvolvimento sustentável e para a geração de valor econômico e social.

Em 2025 a CearaPar precificou e elaborou proposta a qual foi submetida para contratação pela SEFAZ, voltada aos serviços de governança das participações societárias estaduais, incluindo a criação de um sistema de governança e de solução tecnológica para o acompanhamento das sociedades de economia mista e empresas públicas. Além disso, foi realizado o fórum das estatais reunindo em torno de 100 participantes com representantes das 11 estatais.

Em 2025, a CearaPar avançou na articulação com as estatais estaduais, em consonância com a Lei Complementar nº 335/2024, que a designa como representante das empresas públicas no Sistema de Inovação do Ceará. Nesse contexto, celebrou Acordo de Cooperação Técnica com a EMATERCE para mapeamento e estratégia de rentabilização de ativos, iniciativa que resultou na seleção de projeto conjunto para o CoLabs 2025, programa nacional de aceleração do GNova Lab. A ação integra a trilha de inovação em ativos intangíveis vinculada ao projeto HoldingLab, submetido à Funcap, iniciativa voltada à valorização estratégica e à maximização do retorno econômico dos ativos públicos.

6. Recursos para Custeio de Políticas Públicas

A CearaPar atua majoritariamente como uma estruturadora de projetos, cujas políticas públicas são executadas por meio da gestão e monetização de ativos do Estado do Ceará, e não pela prestação de serviços diretamente custeados por tarifas ou transferências da União. Dessa forma, o custeio das atividades da Companhia



está relacionado à geração de receitas próprias decorrentes de sua atuação técnica e operacional junto ao Governo do Estado.

No exercício de 2025, a Companhia concentrou esforços na prospecção e modelagem de iniciativas com potencial de geração futura de receitas – como operações estruturadas, monetização de ativos e novos instrumentos financeiros – as quais, uma vez efetivadas, contribuirão para o custeio de suas atividades institucionais.

Paralelamente, a CearaPar desempenhou funções relevantes para a política de gestão patrimonial do Estado, incluindo o processamento de doações e cessões não onerosas de ativos imobiliários e o assessoramento técnico ao Conselho Estadual de Administração e Gestão de Ativos (CONAG). Importa destacar, contudo, que essas atividades, embora ordinariamente prestadas ao Estado, não estiveram amparadas no Exercício de 2025 por qualquer previsão de remuneração, situação que continua a ser observada e que poderá comprometer a sustentabilidade financeira da Companhia no próximo exercício caso não sejam viabilizadas novas fontes de receita. Nesse sentido, a CearaPar vem ampliando sua atuação e buscando novas frentes de monetização, de forma a consolidar um modelo de auto sustentação financeira para o custeio de suas políticas públicas e projetos estratégicos.

7. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas

No exercício de 2025, a CearaPar permaneceu em fase de consolidação institucional e operacional, de modo que os impactos econômico-financeiros diretos



das políticas públicas executadas ainda se apresentam em estágio inicial. Observa-se, contudo, trajetória de estruturação de novas frentes com potencial de geração de receitas nos exercícios subsequentes.

Parcela relevante das atividades desempenhadas em 2025, como o processamento de doações e cessões não onerosas de imóveis e o assessoramento técnico ao Conselho Estadual de Administração e Gestão de Ativos (CONAG), não possui remuneração específica. Embora essenciais à execução das políticas públicas de gestão patrimonial, tais ações geram custos administrativos e de pessoal sem correspondente receita vinculada, impactando o resultado operacional do exercício.

A análise dos impactos econômico-financeiros da atuação da CearaPar em 2025 adota metodologia alinhada como paradigma aos referenciais do Tribunal de Contas da União, considerando não apenas resultados financeiros imediatos, mas também ganhos de eficiência, mitigação de riscos e geração de valor público.

Assim, a mensuração do desempenho da Companhia deve contemplar, além dos resultados contábeis, indicadores de eficiência na gestão de ativos, racionalização do patrimônio público e potencial de monetização futura, conforme sintetizado no quadro a seguir.

Política Pública	Instrumento Utilizado	Impacto Gerado
Saúde	Cessão e doação de imóveis	Ampliação da infraestrutura de atendimento
Educação	Destinação patrimonial	Regularização e expansão da rede escolar
Assistência Social	Cessão e doação de imóveis	Fortalecimento de equipamentos sociais
Desenvolvimento Econômico	Gestão patrimonial e participações	Preparação de ativos para geração de receita



Política Pública	Instrumento Utilizado	Impacto Gerado
Segurança Pública	Cessão e doação de imóveis	Apoio à estrutura operacional
Responsabilidade Fiscal	Monetização e estruturação financeira	Ampliação da capacidade financeira do Estado

A expectativa para 2026 é de aprimoramento dos resultados operacionais, com a ampliação das receitas próprias e a consequente redução do impacto financeiro das atividades não remuneradas, à medida que novos instrumentos de monetização de ativos, como a Securitização da Dívida Ativa, as Loterias e outros projetos entrarem em operação, fortalecendo a sustentabilidade econômica da CearaPar e sua capacidade de entrega de valor público.

8. Governança Corporativa

A CearaPar adota estrutura de governança compatível com a Lei Federal nº 13.303/2016, composta por Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e instâncias de assessoramento, com definição formal de competências, segregação de funções e mecanismos de controle. O modelo está orientado pelos princípios da transparência, equidade, sustentabilidade, integridade e accountability, alinhado às boas práticas de mercado aplicáveis às companhias abertas.

O sistema de governança é sustentado por políticas, normativos internos, processos de controle e instrumentos de gestão de riscos, buscando assegurar conformidade regulatória, alinhamento estratégico e geração de valor público no curto, médio e longo prazo.



No exercício de 2025, foi identificada a necessidade de aprimoramento da estrutura organizacional de governança da Companhia, especialmente em razão da inexistência de uma diretoria específica responsável pela coordenação integrada das funções de governança, gestão de riscos e conformidade. A ausência dessa instância dedicada impõe desafios à consolidação de uma atuação mais estruturada, sistêmica e preventiva nessas frentes, evidenciando oportunidade relevante de evolução institucional.

Diante desse diagnóstico, estabelece-se como desafio prioritário para o exercício de 2026 a criação de uma Diretoria de Governança Corporativa, com estrutura organizada em duas gerências especializadas: Gerência de *Compliance* e Gerência de Gestão de Riscos. A medida é compreendida como necessária e estratégica para o fortalecimento dos processos internos, a mitigação de riscos institucionais e a consolidação de práticas aderentes às melhores referências de governança aplicáveis às empresas estatais.

O organograma vigente da Companhia encontra-se apresentado a seguir.

Imagem 1: Estrutura Organizacional 2025.





9. Fatores de Riscos, Controles Internos, LGPD e Transparência

A CearaPar atua como braço executivo do Estado do Ceará na estruturação e gestão de ativos públicos, exercendo função complementar às políticas públicas definidas pelos órgãos competentes. Sua atuação depende da formalização de contratos ou instrumentos específicos, não lhe sendo permitido assumir atribuições típicas da administração direta ou indireta sem previsão formal.

Por não dispor de fonte permanente de receita vinculada à gestão dos ativos estaduais – como taxa de administração ou remuneração fixa – a Companhia permanece exposta, em 2025, principalmente ao risco de continuidade operacional, uma vez que sua sustentabilidade financeira depende da celebração e efetiva execução de contratos e projetos estruturados junto ao próprio Estado. Abaixo, seguem discriminados os principais fatores de risco que envolvem a Companhia.

- **Risco Estratégico e de Continuidade**

Em 2025, a Companhia manteve esforços para estruturar novas frentes de monetização (ativos financeiros, ambientais e intangíveis), ao mesmo tempo em que parte relevante de suas atividades – como cessões, doações e assessoramento ao CONAG – permaneceu sem remuneração específica. Esse cenário reforça a necessidade de consolidação de receitas recorrentes capazes de sustentar os custos fixos institucionais.

- **Risco de Mercado**

O impacto do risco de mercado permanece indireto, uma vez que a Companhia mantém aplicações financeiras restritas à gestão de caixa. Todavia, a concretização de receitas depende da viabilidade econômica das operações



estruturadas e das condições de mercado para alienações e modelagens financeiras.

- **Risco de Crédito**

Considerando que os principais contratos são firmados com órgãos e entidades estaduais, o risco de inadimplemento contratual é reduzido. Eventual exposição pode ocorrer em operações estruturadas com o setor privado, especialmente em modelos que envolvam pagamentos parcelados.

- **Risco Operacional**

O risco operacional permanece associado a processos de contratação, execução contratual, controles financeiros e desenvolvimento de sistemas. A Companhia mantém Gerência responsável pela gestão e fiscalização contratual, com designação formal de gestores e apoio jurídico.

No tocante aos ativos intangíveis, em especial sistemas em desenvolvimento, a Administração segue observando as recomendações contábeis aplicáveis (NBC TG 04), com manutenção de documentação técnica que comprove viabilidade, segregação de custos e critérios de capitalização. Em 2025, avançou-se na organização dos registros e no aprimoramento dos controles relativos ao reconhecimento e acompanhamento desses ativos.

- **Risco de Liquidez**

Apesar do aporte financeiro recebido no início de 2025 pelo Governo do Estado, que reforçou a capacidade de continuidade operacional, a Companhia permanece dependente da geração de receitas estruturadas para atingir equilíbrio econômico sustentável no médio prazo.



- **Governança de Riscos e Conformidade**

Em 2025, foi reconhecida institucionalmente a necessidade de fortalecimento da estrutura de governança, riscos e compliance, diante da inexistência de diretoria específica para coordenação integrada dessas funções. Tal diagnóstico fundamentou a proposta de criação, a partir de 2026, de Diretoria de Governança Corporativa com gerências dedicadas a Compliance e Gestão de Riscos.

O Código de Ética e Conduta permanece vigente e alinhado ao Sistema de Ética e Transparência do Poder Executivo Estadual. Contudo, a Companhia reconhece que o mapeamento sistemático de processos e a implementação estruturada de controles internos ainda demandam evolução.

- **LGPD e Proteção de Dados**

No campo da proteção de dados, a CearaPar deu continuidade, em 2025, às medidas iniciadas em exercícios anteriores, com atuação do Comitê de Proteção de Dados Pessoais (CPDP) e dos Encarregados pelo Tratamento de Dados. As ações vêm sendo conduzidas de forma coordenada com as instâncias responsáveis por acesso à informação e transparência.

Apesar dos avanços institucionais e da formalização das instâncias de governança de dados, a Companhia ainda se encontra em estágio inicial de maturidade em relação à plena adequação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), especialmente no que se refere ao mapeamento abrangente de processos, avaliação estruturada de riscos e consolidação de uma política sistêmica de proteção de dados.



- **Transparência e Risco Reputacional**

A Companhia mantém canal de ouvidoria integrado ao portal Ceará Transparente e observa as obrigações legais de publicidade e prestação de contas. Não obstante, reconhece a necessidade de evolução na estratégia de comunicação institucional, de modo a ampliar o conhecimento público sobre sua missão e resultados, mitigando riscos reputacionais e fortalecendo a transparência ativa.

10. Remuneração

A remuneração dos membros dos órgãos de governança e dos empregados da CearaPar é alinhada aos objetivos do negócio e aos interesses dos acionistas. O intuito é promover o engajamento de todos de forma transparente, em consonância com as práticas de mercado e o uso racional dos recursos da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal tem sua remuneração fixada anualmente na Assembleia Geral dos Acionistas, conforme prevê o art. 152 da Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas). Dessa forma, a remuneração referente ao período de 2025 dos referidos órgãos de governança foi definida através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

11. Estrutura Estatutária de 2025 e remuneração da administração e membros colegiados

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Membro	Mandato	Remuneração



	Início	Fim	
Carlos Eduardo dos Santos Marino	26/10/21	31/12/25	R\$ 5.000,00
Erikson Tesolini Viana	26/10/21	31/12/25	R\$ 5.000,00
Fabrizio Gomes Santos	27/03/23	31/12/25	R\$ 5.000,00
Hélio Winston Barreto Leitão	09/05/22	31/12/25	R\$ 5.000,00
José Nelson Martins de Sousa	26/10/21	31/12/25	R\$ 5.000,00
Mara Limonge Macedo	26/10/21	31/12/25	R\$ 5.000,00
Unie Caminha	26/10/21	31/12/25	R\$ 5.000,00
Vilma Maria Freire dos Anjos	27/03/23	31/12/25	R\$ 5.000,00
Luiza de Marilac Martins e Silva	27/02/2025	31/12/25	R\$ 5.000,00

DIRETORIA EXECUTIVA			
Membro	Mandato		Remuneração
	Início	Fim	
Luiza de Marilac Martins e Silva	02/01/2025	31/12/2025	R\$ 21.426,13
Rivaldo Pinheiro Filho	07/12/23	31/12/25	R\$ 16.269,61
Marisa Teófilo Leitão	02/12/24	31/12/25	R\$ 16.269,61

CONSELHO FISCAL			
Membro	Mandato		Remuneração
	Início	Fim	
Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto	26/10/2021	31/12/2025	R\$ 3.500,00
Francisco José Moura Cavalcante	24/02/2024	31/12/2025	R\$ 3.500,00
Guilherme Franca Moraes	24/02/2024	31/12/2025	R\$ 3.500,00

A remuneração da administração, conselheiros e empregados da Companhia podem ser consultados no site (<https://cepart.com.br/remuneracoes/>).

12. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho



No final de 2025, a composição patrimonial manteve-se fortemente concentrada em (a) Caixa e Equivalentes de Caixa, que representaram 89,8% do Ativo Total em 2025, com saldo de R\$ 6.681.380 mil, superior aos R\$ 6.681,4 mil registrados em 31/12/2024 (90,7% do Ativo Total); (b) Créditos com Terceiros, com saldo de R\$ R\$ 320,4 mil, equivalente a 4,3% do total, frente a R\$ 405,3 mil em 2024 (5,5% do total); (c) Imobilizado, que permaneceu praticamente estável, com saldo de R\$ R\$ 21,9 mil, representando 0,3% do Ativo Total; e (d) Intangível, que apresentou crescimento relevante, alcançando R\$ 413,6 mil em 2025, correspondentes a 5,6% do total, contra R\$ 234.148, mil em 2024.

O Ativo Intangível da Companhia é composto por custos incorridos no desenvolvimento do Sistema de Gestão das Participações Societárias – SISPART, ferramenta destinada ao apoio das atividades de gestão, controle e acompanhamento das participações societárias diretas e indiretas do Estado do Ceará. O sistema encontra-se em desenvolvimento, com parte dos módulos já homologados e outros em fase de ajustes decorrentes do processo de validação. Os custos permanecem capitalizados enquanto o ativo não estiver disponível para uso, conforme normas contábeis aplicáveis. A Administração avalia, no mínimo anualmente, a existência de indicadores de perda no valor recuperável, não tendo sido identificados indícios de impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os custos e despesas totais no exercício de 2025 importaram no valor de R\$ 7,39 milhões (média mensal de R\$ 615,9 mil), contra R\$ 6,16 milhões em 2024 (média mensal de R\$ 513,2 mil), o que representou um acréscimo de aproximadamente 20,0% no ano. Esse aumento decorreu, principalmente, dos gastos com a manutenção e consolidação da estrutura operacional da Companhia, notadamente das despesas com pessoal e dos dispêndios com terceirização de mão de obra, que totalizaram



aproximadamente R\$ 1,14 milhão em 2025, correspondendo a cerca de 15,4% do total das despesas. Ressalta-se que, no exercício de 2025, foram pagos valores relativos às repactuações do contrato de terceirização de mão de obra referentes aos exercícios de 2023, 2024 e do próprio exercício de 2025, o que impactou diretamente o aumento nominal e proporcional dessa rubrica no período.

Observa-se que o maior dispêndio ocorre por conta das despesas com pessoal e com serviços de informática, o que é natural em uma empresa de prestação de serviços.

Em 2024, o Capital Social da CEARAPAR era de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), divididos em 5.000.000,00 (cinco milhões) de ações ordinárias e nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada. Em 2025, a Companhia recebeu um aporte financeiro no valor de R\$ 12.000.000, do Governo do Estado do Ceará, proveniente de Reforço de Dotação Orçamentária, aberto por meio do Decreto 36.428, de 31 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado de mesma data, reforçando a capacidade financeira da Companhia e sua continuidade operacional. Esse aporte foi efetuado para permitir a execução dos planos estratégicos, a manutenção das operações e o cumprimento de obrigações financeiras futuras, fortalecendo a posição da Companhia no mercado. Com isso, o capital social passou a ser R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), divididos em 17.000.000,00 (dezessete milhões) de ações ordinárias e nominativas, no valor de R\$1,00 (um real) cada.

Sobre a utilização de recursos recebidos a título de aumento de capital, destacamos que no exercício de 2025 a companhia ainda não se encontra no período de geração de receitas operacionais recorrentes e, por conseguinte, ainda não gerou resultados no exercício para custear os seus dispêndios. Cumpre informar que parte dos recursos aportados em 2025 foram utilizados para fazer face aos dispêndios com



investimento no desenvolvimento de sistemas informatizados, que foram registrados na conta “Desenvolvimento de Produtos (Em andamento)” no valor de R\$ 179.463,93.

Além disso, considerando que a única receita da Companhia no exercício foi a título de “Receitas Financeiras”, no valor de R\$ 1.210.912,99, tem-se que parte dos custos e demais despesas operacionais, no montante de R\$ 7.570.110,25, foi custeada por tais receitas e pelo saldo do Patrimônio Líquido apurado ao final do exercício de 2024, no valor de R\$ 1.042.708,63.

Portanto, parte do aporte de Capital realizado no exercício de 2025, no valor de R\$ 12.000.000,00 foi utilizado para a cobertura do déficit de recursos, conforme detalhado a seguir:

FONTES	Valores em R\$
PATRIMÔNIO LÍQUIDO INICIAL	1.042.708,63
RESULTADO FINANCEIRO	1.206.990,06
Receitas Financeiras	1.210.912,99
Despesas Financeiras	-3.922,93
(A) Total de Recursos	2.249.698,69
USOS	
INVESTIMENTO EM ATIVO INTANGÍVEL	179.463,93
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	1.228.024,64
Serviços de Mão de Obra	1.136.643,97
Aluguel de Equipamentos	91.380,67
DESPESAS COM PESSOAL	5.106.575,62
DESPESAS COM ATIVIDADES EM GERAL	999.650,30
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	56.395,76
(B) Total de Dispêndios	7.570.110,25
(C) = (A) - (B) Déficit de Recursos	-5.320.411,56
(D) Aumento de Capital (Recomposição Patrimonial)	12.000.000,00
(E) = (C) + (D) Superavit após Aumento de Capital	6.679.588,44



As receitas operacionais da Companhia decorrem da prestação de serviços técnicos especializados de consultoria administrativa, societária e estratégica, relacionados à gestão e ao acompanhamento das participações societárias diretas e indiretas do Estado do Ceará. No exercício social de 2025, não foram formalizados novos instrumentos contratuais nem houve reconhecimento contábil de receitas provenientes da execução de serviços, motivo pelo qual não se registraram receitas operacionais no período.

Ressalta-se, entretanto, que ao longo do exercício foram conduzidos estudos técnicos, diagnósticos analíticos e modelagens estruturais vinculados a projetos estratégicos de elevada complexidade, abrangendo análises societárias, estruturações jurídico-financeiras, avaliações econômico-patrimoniais de ativos e interlocuções institucionais com diversos órgãos e entidades da Administração Pública. Tais iniciativas, em razão de sua natureza técnica, multidisciplinar e estratégica, caracterizam-se por ciclos de maturação mais extensos, exigindo consolidação de dados, validações institucionais e etapas formais de aprovação, circunstâncias que impedem o reconhecimento de receitas no curto prazo, mas que representam evolução relevante na formação de pipeline de projetos e no fortalecimento do posicionamento institucional da Companhia.

Dessa forma, a única receita reconhecida no exercício correspondeu à rubrica de receitas financeiras, no montante de R\$ 1.210.912,99, originadas da remuneração de aplicações dos recursos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa, alocados predominantemente em instrumentos financeiros de baixo risco de crédito e elevada liquidez, em estrita observância às diretrizes da política corporativa de gestão financeira conservadora.

Assim, o exercício de 2025 caracteriza-se, sob a perspectiva econômico-financeira e operacional, como período de estruturação institucional, consolidação



técnica e desenvolvimento de projetos estratégicos de alta complexidade, com manutenção da capacidade operacional, observância aos princípios de governança corporativa e preservação da sustentabilidade financeira da Companhia.

Demonstração de Resultados – Exercício de 2025 – Valores em R\$ mil

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	
Descrição	31/12/2025
RECEITA LÍQUIDA	-
(-) Custos dos Serviços Prestados	(1.228.024)
(=) LUCRO BRUTO	-
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(6.162.621)
(=) RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(7.390.646)
(+) Receitas Financeiras	1.210.913
(-) Despesas Financeiras	(3.923)
(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(6.183.656)
(-) Tributos s/Lucro	-
(=) PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(6.183.656)
RESULTADO POR AÇÃO (REAIS/AÇÃO)	(0,3637444)

13. Comentários dos Administradores

O exercício de 2025 foi marcado pelo fortalecimento do posicionamento institucional da Companhia de Gestão de Ativos do Ceará – CearaPar como instrumento estratégico do Estado na estruturação, valorização e monetização de ativos públicos, com foco na geração de valor econômico, social e institucional.

Ao longo do exercício, a Administração concentrou esforços no avanço da elaboração de propostas voltadas para o mapeamento e diagnóstico de ativos imobiliários de órgãos e entidades da Administração Estadual, fortalecendo o papel da Companhia como estruturadora técnica na racionalização e valorização do patrimônio público. Também houve evolução relevante na gestão das participações societárias do Estado, com maior aproximação institucional das empresas estatais e



intensificação do acompanhamento técnico, contribuindo para alinhamento estratégico e identificação de oportunidades de geração de valor. Paralelamente, avançaram os estudos e o benchmarking para a estruturação de projetos estratégicos, como a implantação de loterias estaduais e a securitização da dívida ativa, etapas que permitiram amadurecimento conceitual, avaliação de modelos e definição de caminhos para a implementação dessas iniciativas.

A Administração também reforçou a agenda de inovação e parcerias estratégicas, buscando soluções que ampliem a eficiência na gestão dos ativos estaduais, inclusive por meio da interlocução com outras instituições públicas e com o setor privado. Essa atuação tem sido essencial para viabilizar modelos sustentáveis de exploração econômica, especialmente em ativos com elevado potencial de geração de receitas futuras.

Adicionalmente, avançou-se na compreensão e valorização de ativos não tradicionais, incluindo ativos ambientais e intangíveis, cuja adequada mensuração e modelagem representam oportunidade relevante de geração de valor ao Estado. A incorporação dessa visão estratégica amplia o escopo de atuação da Companhia e contribui para uma gestão mais moderna.

Para 2026, a Administração projeta a consolidação das iniciativas estruturadas ao longo de 2025, com foco na implementação dos modelos definidos, na captura de receitas recorrentes e no fortalecimento da imagem institucional da Companhia como agente técnico de excelência na gestão e estruturação de ativos. Permanecemos comprometidos com a responsabilidade fiscal, a geração de valor público e a entrega de resultados consistentes para o Estado do Ceará e para a sociedade.



14. Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da CearaPar declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício 2025, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8º da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016.